



REVISTA

AMATRA3

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

23ª edição - 2º semestre 2023 / Distribuição Gratuita

**Amatra3 elege diretoria
para biênio 2023/2025**

Página 5

**TRT3 elege nova
administração para
biênio 2024/2025**

Página 19

**22º EMAT e 37º Encontro
Anual da Amatra2
discutem papel da
comunicação**

Página 10

**O Novo Sempre Vem -
Entrevista Lucilea Lage
Dias Rodrigues**

Página 30 a 36

EXPEDIENTE

A Revista Amatra3 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – Amatra3

Diretoria

Presidente:

Jésser Gonçalves Pacheco

Vice-Presidente:

Anaximandra Kátia Abreu Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro:

Marco Túlio Machado Santos

Diretora Cultural:

Carolina Silva Silvino Assunção

Diretora Social e Esportivo:

Anna Elisa Ferreira de Resende Rios

Diretor de Comunicação Social:

Lenício Lemos Pimentel

Diretor de Assuntos Jurídicos e Legislativos:

Marcel Lopes Machado

Diretor de Magistrados Substitutos:

Carolina Silva Silvino Assunção

Diretor de Magistrados Aposentados e Pensionistas:

Josué Silva Abreu

CDEP (Conselho de Disciplina, Ética e Prerrogativas):

Vinicius Mendes Campos de Carvalho, Hadma

Christina Murta Campos e Alexandre Reis Pereira de Barros

Conselho Fiscal: Lucas Vanucci Lins, Marcos César Leão e Nelson Henrique Rezende Pereira

Coordenadora do Departamento de Qualidade de Vida:

Stella Fiúza Cançado

Coordenadora do Departamento de Convênios:

Andressa Batista de Oliveira

Coordenador do Departamento de Informática:

Fabiano de Abreu Pfeilsticker

Comunicação:

Jornalista Colaborador: João Rosa – 018611/MG

Projeto Gráfico: Bruna Liberato

Fotografia: João Rosa

Diagramação: Carlos Domingos

Revisora: Sonia Regina da Silva Claro

SUMÁRIO



ELEIÇÃO DA NOVA
DIRETORIA DA AMATRA

05



NOVA ADMINISTRAÇÃO
DO TRT3

19



ENTREVISTA COM
LUCILÉA LAGE

30

Amatra3 elege nova diretoria 05

22º EMAT e Encontro Anual da Amatra2 10

Posse da desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta 13

Medalha Desembargador Ari Rocha 15

Programa Trabalho, Justiça e Cidadania 17

Entrevista Desembargadora Denise Alves Horta 20

Posse do Desembargador José Nilton Padelot 24

Jogos da Anamatra 26

Renato Amado entra para galeria de ex-presidentes 28

O Novo Sempre Vem 30

Amatra3 em ação 38

Além dos autos 39

Eu indico - Cultura 41

Eu indico - Viagem 42

Eu indico - Gastronomia 44

Informatize(-se) 45

Você se lembra? 46

Colunas sociais 47



EDITORIAL

Lenício Lemos Pimentel

Diretor de Comunicação da Amatra3

“Cheiro de nova estação...”

Ciclos são essenciais para a sobrevivência. É por meio deles que a nossa grande morada - a Terra - estabelece as condições para a vida há bilhões de anos. Heráclito, filósofo grego pré-socrático, percebendo o poder de transformação dos ciclos de vida, dizia que o “mundo é um eterno devir”...

As relações humanas são recheadas desses recomeços. Funcionam como oportunidades, pontos de inflexão para a mudança de rota. Também servem para propiciar renovação, desapego necessário para avançar.

Não se ignora, aqui, a importância da tradição. É ela que molda e informa as gerações. O argumento da necessidade de renovação, pelo recomeço, serve para criar e recriar as tradições. É por isso que Belchior não quer “voltar pro sertão”.

Também não se pode ter a noção ingênua de que estaríamos fadados ao progresso linear; de que o acúmulo da experiência e da técnica teria o poder determinístico de elevar a existência humana. A linha reta não admite o erro. O ciclo, ao revés, aceita o defeito e reajusta o caminho. “Ainda somos os mesmos”?

A 23ª edição da Revista Amatra3 chega com esse espírito de renovação. Começamos pelo recém-inaugurado ciclo da própria Associação. Jésser Pacheco passou o bastão para Anaximandra Abreu. De igual modo, o TRT3 encerrou o ciclo da administração encabeçada por Ricardo Mohallem. A Presidente eleita, Denise Alves Horta, concedeu interessante entrevista, informando sobre as perspectivas da nova gestão. Desejamos sucesso para os imensos desafios do próximo biênio.

▶ EDITORIAL

Inauguramos, nesta edição, um novo modelo de entrevista, que estampa, justamente, essa mensagem de renovação: “O novo sempre vem”. Tivemos a grata satisfação de conhecer a história da associada Luciléa Lage, colega aprovada no último concurso da Magistratura Trabalhista. Oportunidade singular para conhecermos quem vem chegando.

Enquanto alguns estão iniciando, outros avançam no ciclo da carreira. Destaque para os Desembargadores que tomaram posse no segundo semestre de 2023: Maria Cristina Diniz Caixeta e José Nilton Ferreira Pandelot. Noutro giro, Ana Maria Rebouças, encerrando um ciclo para iniciar outro, conquistou a aposentadoria e foi homenageada pelo Tribunal Pleno do TRT3.

Para reflexão, degustação e novas vivências, fomos buscar as indicações dos associados Silene Cunha, Ricardo Marcelo e Rafaela Campos. Dicas essenciais para percorrermos o ciclo da vida com mais leveza. Marco Aurélio Treviso, no “Além dos Autos”, trouxe a experiência das artes marciais orientais na trilha do autoconhecimento.

O ciclo anual dos eventos associativos teve o seu desfecho na tradicional Festa de Fim de Ano. Antes dela e neste semestre, os associados puderam se confraternizar por ocasião do 22º EMAT, no Vale Suíço Resort, em Itapeva. Evento que, inclusive contou com a parceria e a participação dos associados

da Amatra2. Celebramos também no Encontro dos Magistrados Aposentados e na Festa das Crianças, além do Happy Hour do Singespa e do Almoço de Fim de Ano. Vale a pena conferir a galeria de fotos.

A “nova estação” que se avizinha nos traz confiança para o que vem pela frente. Entre avanços e recuos, o movimento associativo encontra-se muito ativo. E, com isso, a nossa carreira segue firme e renovada. Colegas chegando, alguns avançando e outros jubilandos. Ciclos de vida impactantes, mas que são atravessados com maior tranquilidade enquanto permanecemos unidos.

Tenham uma boa leitura!



Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região

Receba informações da Amatra3 por meio do WhatsApp



Cadastre o número da Amatra3 (31) 98623.6495 como um contato em seu smartphone.

Em seguida envie uma mensagem com nome completo, solicitando a inclusão na lista de transmissão.

Amatra3 elege diretoria para biênio 2023/2025

A eleição e posse da nova diretoria executiva da associação ocorreram no dia 4 de dezembro. Também foram eleitos membros do CDEP e Conselho Fiscal.

Em assembleia geral ordinária realizada no dia 4 de dezembro, a Amatra3 elegeu a nova diretoria, Conselho de Disciplina, Ética e Prerrogativas (CDEP) e Conselho Fiscal que irão conduzir a entidade no biênio 2023/2025. A chapa 'Amatra Valorização', encabeçada pela juíza Anaximandra Kátia Abreu Oliveira, foi eleita com 98,3% (234) votos.

Após a apuração, Anaximandra Abreu agradeceu a confiança pela eleição. “Agradeço o apoio de todos os associados. Início essa gestão tendo consciência dos desafios e também da confiança de todos vocês em nosso trabalho”, disse.

Além da presidente Anaximandra Abreu, a nova diretoria da Amatra3 agora conta com o juiz Washington Timóteo Teixeira Neto (Vice-Presidente), Fabiano de Abreu Pfeilsticker (Diretor Administrativo e Financeiro), Geraldo Magela Melo (Diretor Cultural), Ana Carolina Simões Silveira (Diretora Social e Esportivo), Carolina Silva Silvino Assunção (Diretora de Comunicação Social), Vaneli Cristine Silva de Mattos (Diretora de Assuntos Jurídicos e Legislativos), Ronaldo Antônio de Brito Júnior (Diretor de Magistrados Substitutos) e Ana Maria Espi Cavalcanti (Diretora de Magistrados Aposentados e Pensionistas).

O Conselho de Disciplina, Ética e Prer-



rogativas será formado pelas juízas: Liza Maria Cordeiro, Priscila Rajão Cota Pacheco e pelo juiz Henrique de Souza Mota. Compõem o Conselho Fiscal os juízes: Nelson Henrique Rezende Pereira, Lenício Lemos Pimentel e a juíza Rafaela Campos Alves.

Para representantes regionais foram eleitos os seguintes associados: Fernanda Cristine Nunes Teixeira (Belo Horizonte); Anselmo Bosco dos Santos (Centro-Oeste); Wallace Heleno Miranda de Alvarenga (Nordeste); Rachel Ferreira Cazotti (Norte); Samantha da Silva Hassen Borges (Sul); Henrique Macedo de Oliveira (Triângulo Mineiro); Representante Regional Sub-região Zona da Mata: Sofia Fontes Regueira; Representante Regional Sub-região Metropolitana: Ricardo Gurgel Noronha.



Amatra3 homenageia Desembargador Ricardo Mohallem e dá boas-vindas a Desembargadora Denise Horta

Foi realizado no dia 07 de dezembro, o almoço de fim de ano da Amatra3. A ocasião foi planejada para que fosse prestada merecida homenagem ao Desembargador Presidente, Ricardo Mohallem, pela histórica gestão à frente do TRT3 e dar as boas-vindas e votos de sucesso para a nova Presidente, Desembargadora Denise Alves Horta.

O Diretor Administrativo da Amatra3, Fabiano Abreu, ressaltou a importância de vários atos da atual gestão, agradeceu em nome de toda a magistratura da 3ª Região pela condução transparente, democrática e objetiva da gestão que ora termina.

O Presidente recebeu das mãos da associada Sandra Generoso uma placa em nome dos juízes titulares e substi-

tutos de Belo Horizonte, com os seguintes dizeres: “Nossa gratidão pela gestão democrática e respeitosa.”

Em seu discurso, Presidente Mohallem agradeceu pela parceria com a Amatra3 e seus associados, disse que todo o sacrifício pessoal em prol do Tribunal valeu a pena e que até nos momentos mais difíceis nunca se sentiu só.

Em seguida, as boas-vindas foram prestadas à Desembargadora Denise Horta. Em seu discurso, ela disse que tem consciência dos desafios que virão e que conta com a colaboração de todos para que consiga desenvolver uma gestão voltada para a solução dos problemas que afligem os magistrados da 3ª Região.



TRT3 inaugura o Centro Cultural da Justiça do Trabalho e sede da Escola Judicial

Em cerimônia realizada em agosto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região inaugurou o Centro Cultural da Justiça do Trabalho e da sede da Escola Judicial (EJ). Durante a solenidade, o presidente do TRT3, desembargador Ricardo Mohallem prestou homenagem ao falecido desembargador Luís Felipe Lopes Boson e ao desembargador Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, ex-presidente do Tribunal, cujo nome foi atribuído à Escola Judicial do TRT-MG.

O presidente da Amatra3, juiz Jésser Pa-

checo, esteve na inauguração que contou com a presença da secretária de Cultura de Belo Horizonte, Eliane Parreiras, que representou o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman; do procurador-chefe, da vice-procuradora-chefe e da coordenadora de 1º e 2º graus da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, Arlélcio de Carvalho Lage, Márcia Campos Duarte e Mariana Lamego de Magalhães; o juiz Bruno Alves Rodrigues, representando o ministro do TST Maurício Godinho Delgado.



Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças recebe homenagem no Tribunal Pleno

A desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças foi homenageada na sessão do Tribunal Pleno realizada no dia 10 de agosto em função de sua aposentadoria. Magistrada desde 1990, Ana Maria foi corregedora do TRT da 3ª Região no biênio 2020/2021. O presidente do TRT-MG, desembargador Ricardo Mohallem, destacou que a desembargadora deixará um exemplo que vai frutificar. “Não há adjetivos para qualificá-la”, afirmou.

A filha da desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças, a advogada Ana Helena, também fez uso da palavra. “Não poderia faltar essa singela homenagem, porque você inspira tantas pessoas e está sempre presente em nossas vidas. Obrigada por compartilhar nossas alegrias e tristezas. Que essa nova fase de sua vida seja repleta de alegrias”, finalizou.



A homenageada Ana Maria Rebouças, em suas palavras, contou que escolheu a Justiça do Trabalho ao observar as relações de trabalho, quando ainda estagiava. “Construí aqui uma vida, conhecendo pessoas que me tornaram quem eu sou. Agradeço a todos que me levaram nesses 32 anos. Voei alto, porque tive os melhores ao meu lado”, frisou.

*com informações TRT3

Sobre a desembargadora - Ana Maria Amorim Rebouças ingressou na magistratura trabalhista em 1990, por concurso público como juíza substituta. Foi promovida em 1993 a juíza presidente de junta de conciliação e julgamento. Presidiu as JCs de Januária, Passos, 1ª de Divinópolis e 3ª de Contagem. Foi juíza titular da 15ª e 48ª Varas do Trabalho de Belo Horizonte. Em 2015, foi promovida por antiguidade e empossada desembargadora do trabalho. Integrou a administração do TRT-MG no biênio 2020/2021 no cargo de corregedora.



Igest aponta VT de Ubá com o melhor desempenho do país

Entre as 1.587 Varas do Trabalho do país, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho apontou a Vara do Trabalho de Ubá como a de melhor desempenho no Índice Nacional de Gestão de Desempenho – Igest, no período de 1/7/22 até 30/6/23.

Além da Vara do Trabalho de Ubá, cidade mineira da Zona da Mata, distante 290 quilômetros de Belo Horizonte, outras oito varas da Justiça do Trabalho de Minas Gerais ficaram entre as 21 melhores classificações. São elas: a 2ª Vara do Trabalho de Alfenas, em 6º lugar, a Vara do Trabalho de Caratinga, Vara do Trabalho de Araçuaí, em 9º lugar, a Vara do Trabalho de Nanuque, em 10º lugar, a Vara do Trabalho de Ribeirão das Neves, em

11ª lugar, a 2ª Vara do Trabalho de Barbacena, em 17º lugar, a Vara do Trabalho de Unaí, em 20º lugar e a 45ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, em 21º lugar.

O desempenho das varas é medido levando em consideração acervo, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho. Critérios adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

Fonte:TRT3

22º EMAT e 37º Encontro Anual da Amatra2 discutem papel da comunicação

Tradicional evento da magistratura mineira foi realizado concomitante com encontro de magistrados da Amatra2

O 22º Encontro dos Magistrados da Justiça da 3ª Região (EMAT) foi realizado de forma conjunta com a Amatra2 que promoveu na mesma oportunidade o seu 37º Encontro Anual. O evento aconteceu entre os dias 17 e 20 de agosto, no Vale Suiço Resort, em Itapeva, região sul de Minas Gerais. O tema central discutido durante o encontro foi “Comunicação e incidência política: como a magistratura do trabalho pode defender suas pautas”.

A palestra de abertura foi proferida pelo jornalista Ronaldo Martins, servidor do Senado Federal, que discorreu sobre as mudanças no mundo da mídia com a chegada das redes sociais e a incidência das novas formas de comunicação no processo legislativo.

No dia seguinte, magistrados e magistradas dos Tribunais da 3ª e 2ª Região reuniram-se para “Café com os presidentes”, que contou com a presença do presidente do TRT-3, desembargador Ricardo Antônio Mohallem, da vice-presidente administrativa do TRT-2, desembargadora Maria Elizabeth Mostardo Nunes, dos presidentes das Amatras 2 e 3, juízes Bruno Perusso e Jésser Pacheco, e a presidente da Anamatra, Juíza Luciana Conforti.

Além dos representantes da magistratura trabalhista, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Frederico Mendes Júnior também prestigiou o encontro.

Na oportunidade, foram repassadas as mais recentes informações sobre as demandas da magistratura do trabalho, com ampla participação dos colegas das duas regiões.



FOTOS: CAROL SPERANDIO



*Ronaldo Martins - Mestre em
Ciência da Informação (UFMG) -
Especialista em Gestão Estratégica
de Marketing (UFMG) - Graduado
em Comunicação Social (UFMG)
- Foi Diretor de Jornalismo da
TV Alterosa/SBT, Diretor de
Comunicação e Marketing da World
Vision (organização internacional
de desenvolvimento social), professor
de Comunicação da PUC/MG -
Atualmente é Analista Legislativo
do Senado Federal, onde atua no
assessoramento parlamentar.*

Nos últimos anos, assuntos relacionados ao Poder Judiciário e a atuação de magistrados estão na pauta do dia a dia das pessoas. Na sua visão quais os pontos positivos e negativos dessa exposição?

A transparência dos atos do Poder Público é sempre desejável. Quanto mais a sociedade debate os temas relacionados ao Judiciário mais nós qualificamos a democracia, fazendo com que os cidadãos também se sintam responsáveis pelo fortalecimento das instituições. Entretanto, o debate superficial, esse que se dá, por exemplo, nas redes sociais, pode produzir uma imagem distorcida dos magistrados, o que, em alguns níveis, chega a contribuir para o descrédito do Poder como um todo. Por outro lado, a exposição maior do Poder Judiciário cria a oportunidade para que se desenvolvam processos educativos da sociedade. Quando as

pessoas estão predispostas a discutir assuntos que, a princípio, são distantes da compreensão do senso comum, fica muito mais fácil comunicar as mensagens que interessam à instituição.

Em relação às redes sociais, qual a sua avaliação em relação a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelece parâmetros para uso de redes sociais pelos magistrados?

As redes sociais transformaram a comunicação. Se, por um lado, elas democratizam o debate, por outro, trazem os riscos inerentes aos instrumentos de acesso livre. Eu citaria duas grandes ameaças àqueles que utilizam as redes para se comunicar: a instantaneidade, que pode nos levar a expressar opiniões pouco refletidas, e a completa falta de mediação entre os interlocutores, o que elimina as barreiras de contenção existentes nas formas tradicio-

nais de comunicação. Em função desses riscos, é natural que as diversas instituições públicas e privadas criem códigos de conduta para o uso das redes sociais por seus membros. Eu penso que a resolução do CNJ caminha no sentido de garantir a segurança dos magistrados e preservar a imagem do Poder Judiciário. Como qualquer cidadão, um magistrado deve ter a liberdade de se comunicar nas redes sociais, mas ele precisa compreender a distinção entre o indivíduo e a instituição. Isso pode parecer óbvio, mas, como eu disse, a instantaneidade e a falta de mediação, características das redes, podem nos levar a cometer equívocos.

De modo geral, quais os principais pontos que instituições que representam magistrados podem desenvolver para aprimorar a comunicação com a imprensa e a sociedade?

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a imprensa não tem mais o monopólio da comunicação. Todas as pesquisas demonstram que as pessoas se informam prioritariamente por outras fontes, sobretudo as redes sociais. Não quer dizer que a imprensa tradicional tenha se tornado irrelevante. Mas o papel que ela exerce hoje nos processos de comunicação é muito mais de retroalimentação dos debates que se formam nos ambientes digitais. Cultivar o relacionamento com a imprensa é importante, mas as instituições devem desenvolver competências para comunicar diretamente com a sociedade por meio das redes. Essa nova forma de comunicação exige habilidades específicas, como o domínio de ferramentas de monitoramento, a capacidade de produzir mensagens específicas para os diferentes públicos, a compreensão dos novos formatos de mensagens, entre outras.

E em relação aos parlamentares, como a magistratura pode se aprimorar para apre-

sentar de forma mais assertiva as demandas da classe?

A incidência política no Parlamento exige um trabalho permanente e sistemático. Não há efetividade nas ações que acontecem apenas em momentos nos quais a categoria tem uma demanda concreta. Para incidir, é necessário construir relacionamentos efetivos com os parlamentares e com suas assessorias. Além disso, deve-se compreender as características do processo legislativo, entre as quais eu destacaria a imprevisibilidade, o papel dos principais atores desse processo e o perfil dos parlamentares. Dessa maneira, os responsáveis pela articulação política conseguem avaliar com mais eficiência as oportunidades de incidência.

Como a comunicação pode auxiliar na diminuição do distanciamento entre o judiciário e a sociedade?

Nós vivemos na chamada Sociedade da Informação, que tem como características principais a explosão informacional, o desenvolvimento tecnológico e a monetização da informação. Os indivíduos são bombardeados a todo tempo com informações que chegam de todas as fontes, confiáveis ou não. Em função disso, o debate acontece em um ambiente absolutamente desprovido de barreiras e controles. Os indivíduos se sentem especialistas em qualquer assunto. Nesse contexto, nem o Judiciário nem qualquer outra instituição tem o poder de definir a agenda de discussões, como era possível no passado em que a comunicação se dava, basicamente, pela mídia tradicional. É necessário, portanto, o desenvolvimento contínuo de novas estratégias de comunicação, que levem em conta um ambiente no qual o debate se dá em bases incertas e voláteis. Como ponto de partida, deve-se ter consciência de que nenhuma instituição tem controle sobre a imagem que projeta na sociedade.

Maria Cristina Diniz Caixeta toma posse como desembargadora do TRT3

Cerimônia foi realizada no novo auditório da Escola Judicial instalado em edifício histórico, na rua Guaicurus, no Centro de Belo Horizonte.

Tomou posse como desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), no dia 29 de agosto, a juíza Maria Cristina Diniz Caixeta, titular da 47ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. A solenidade foi realizada no Centro Cultural da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte. A vaga é decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio Neves de Freitas.

Ao dar posse à nova desembargadora, o presidente do TRT da 3ª Região, desembargador Ricardo Antônio Mohallem, afirmou que “o sonho e a paixão são o maior combustível e nutriente da juíza Maria Cristina. Ela é uma apaixonada pelo que faz. Paixão é o que a move e trilha a sua alma, conduzindo-a por diversas searas”, afirmou.

Depois de mais de trinta anos de ingresso na Magistratura trabalhista, Maria Cristina Diniz Caixeta afirmou que chegou ao ápice da carreira e que o momento é de reconhecimento, gratidão e reflexão pelo atual momento vivido pelo Poder Judiciário. “Os desafios que a Justiça do Trabalho tem enfrentado e a necessidade de conexão e harmonização entre os temas políticos, econômicos e jurídicos, a fim de que o País se ancore em um porto mais justo e igualitário, onde os trabalhadores possam navegar em águas calmas remando em um patamar civilizatório crescente de direitos sociais”, disse.



Segundo a nova desembargadora, é preciso refletir sobre a necessidade de um olhar mais pontual para uma magistratura trabalhista, mais valorizada, isonômica e com maior reconhecimento pela importância do trabalho de seus magistrados. “Reafirmo meu compromisso com a Justiça do Trabalho, buscando entregar uma prestação jurisdicional mais célebre, justa e equânime para todos aqueles que a buscam”, prometeu.

E finalizou: “Refletir ainda sobre a urgência de se pensar em normas positivadas e ações efetivas e práticas de cidadania no sentido de consolidar uma democracia plena com justo fortalecimento do tecido social, envolvendo a participação das mulheres em todas as dimensões, valorizando seus talentos e aptidões, bem como restaurando a proteção da dignidade humana, cujo direito decorre de nossa própria existência”.

Sobre a desembargadora - Maria Cristina Diniz Caixeta tomou posse como juíza do trabalho em 1993. Promovida, pelo critério de merecimento para exercer o cargo de juíza presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Teófilo Otoni, tomou posse e assumiu o exercício em 1996. Foi juíza titular das seguintes Varas do Trabalho: 2ª de João Monlevade, 4ª de Betim, 1ª de Contagem, 7ª de Belo Horizonte, 20ª de Belo Horizonte, 40ª de Belo Horizonte e 47ª de Belo Horizonte. Maria Cristina Diniz Caixeta foi nomeada pelo presidente da República pelo critério de merecimento e assume vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio Neves de Freitas.

Ministro do TST, Maurício Godinho Delgado profere aula magna na UFMG

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Maurício Godinho Delgado, realizou na faculdade de Direito da UFMG uma aula magna sobre “Direito do Trabalho no Brasil: formação e desenvolvimento - colônia, império e república”. O evento foi promovido pela Faculdade de Direito da UFMG, com o apoio da Escola Judicial do TRT3.

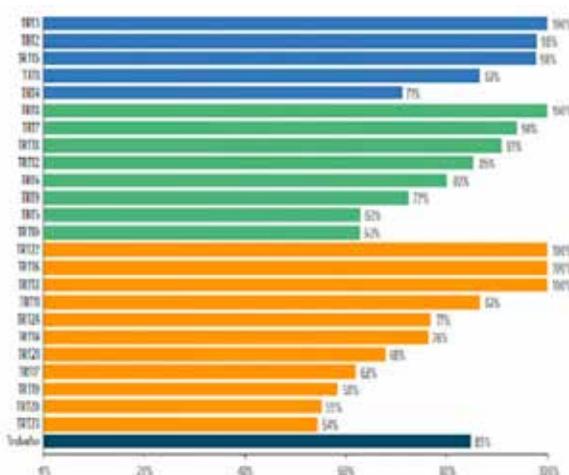
Estiveram presentes no evento os desembargadores do TRT3 Fernando Rios Neto (corregedor do TRT3), Antônio Gomes de Vasconcelos, Adriana Goulart de Sena Orsini, Jaqueline Monteiro de Lima, Milton Vasques Thibau de Almeida, Marcelo Lamego Pertence. Também estiveram presentes juízes do Tribunal, professores da UFMG e de outras universidades mineiras, procuradores do trabalho e outras autoridades.



Relatório do CNJ destaca produtividade do TRT-MG

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a nova edição do Relatório Justiça em Números, no qual o TRT-MG destacou-se pelo resultado no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus). Segundo a análise IPC-Jus por tribunal, o TRT-MG, considerado de grande porte, alcançou índice de desempenho de 100% na versão global, em conjunto com os TRT8, de médio porte; TRT22, TRT16 e TRT13, de pequeno porte.

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um placar único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária. O método utilizado permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.



Fonte: TRT3

Magistrados e magistradas são agraciados com outorga da Ordem do Mérito Desembargador Ari Rocha

A cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Desembargador Ari Rocha, em 15 de setembro, no Centro Cultural da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte.

Entre os magistrados da 3ª Região, foram agraciados os seguintes juízes: Anaximandra Kátia Abreu Oliveira, Ângela Castilho Rogedo Ribeiro, David Rocha Koch Torres, Denízia Vieira Braga, Glauco Rodrigues Becho, Luiz Olympio Brandão Vidal, Maria Irene Silva de Castro Coelho, Maria Tereza da Costa Machado Leão e Renato de Paula Amado.

A Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho Desembargador Ari Rocha foi criada pela Resolução n. 50/2000, do Tribunal Pleno, para distinguir e perpetuar na memória o trabalho de pessoas e entidades em prol da paz social e do engrandecimento da instituição judiciária do trabalho em todos os níveis de atuação.





Semana Nacional da Execução Trabalhista movimentou R\$ 59 milhões em acordos em Minas

Em Minas Gerais, a Justiça do Trabalho atendeu 28.777 pessoas e realizou 1.749 acordos, no valor total de R\$ 59,5 milhões. Foram emitidos alvarás num total de R\$ 114,2 milhões e, ainda, pagos precatórios (RPVs) em valor superior a R\$ 204 milhões.

Somente no Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) do 1º grau foram realizadas 380 audiências com 299 acordos e um índice de solução conciliada de 78,68%, no valor de R\$ 16,1 milhões. Já no Cejusc do 2º grau foram realizadas 177 audiências, com homologação de 56 acordos, no valor de R\$ 10,3 milhões.

O Juízo Juiz Auxiliar de Execuções (JAE) do TRT-MG e seus núcleos especializados localizaram R\$ 14 milhões para a quitação de mais de 460 processos durante a semana. Foram instaurados procedimentos de reunião de

execuções em face de sete empresas devedoras. As audiências para liquidação desses processos foram realizadas nos Cejusc e no JAE.

Dados consolidados pelo CSTJ sobre a 13ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista 2023 revelam que, em todo o país, foram atendidas mais de 397,4 mil pessoas e movimentados mais de R\$ 4,3 bilhões nos cinco dias de evento (18 a 22 de setembro). O valor é recorde para uma única edição e supera os R\$ 2,8 bilhões do ano passado.

Com o slogan “Processos são vidas - A Justiça além dos números”, a campanha deste ano também realizou mais de 77,3 mil audiências, homologou 21,9 mil acordos e realizou 607 leilões de bens para quitação de dívidas trabalhistas.

Fonte: TRT3

Programa Trabalho, Justiça e Cidadania realizou capacitação em Contagem, Sabará e Vespasiano

Por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), a Amatra3 realizou a capacitação dos professores de escolas municipais de Contagem, Sabará e Vespasiano, na região metropolitana de Belo Horizonte. Durante o curso foram ministrados conteúdos importantes com o objetivo de capacitar docentes para que eles possam aplicar em sala de aula os ensinamentos da Cartilha do Trabalhador, com noções de Direito do Trabalho e cidadania.

Representando a Belgo Bekaert Arames, apoiadora do projeto na 3ª Região, estiveram nos encontros a Analista de Relações Trabalhistas, Nathalia Pagliaminuta, a Gerente de Diversidade, Inclusão e Responsabilidade Social, Luciana Macedo e a Gerente de Gente, Cultura e Engajamento, Cristiana Batista Carnevalli Siqueira.



A vice-presidente da Amatra3 e Coordenadora do TJC na 3ª Região, Anaximandra Abreu apresentou a palestra “Direito se conquista com educação”, durante a qual falou sobre o direito à educação que segundo ela “assegura a efetivação do exercício da cidadania, além de qualificar o cidadão para o trabalho”, apontou as consequências da falta de educação no desenvolvimento da personalidade limitando as oportunidades de trabalho e gerando desigualdade social.

Finalizando a programação, a juíza Paola Barbosa de Melo, ex-aluna de escola pública, falou sobre trabalho infantil e suas repercussões ao acesso à educação, apresentando os marcos normativos sobre o tema e as consequências causadas pelo trabalho infantil na educação, causando evasão escolar, prejuízo do desempenho físico e mental das crianças e adolescentes. Mais adiante a juíza orientou os professores a realizarem ações educativas para sensibilizar e conscientizar as crianças e, conseqüentemente suas famílias, para que possa ocorrer uma transformação social.



O Presidente da Amatra3, Jésser Pacheco, destacou a importância da aplicação de noções básicas de cidadania para os jovens e que é nosso dever “batalhar para que o fato ocorrido no Rio Grande do Sul, onde vinícolas estão sendo acusadas de usar mão de obra de trabalhadores em situação análoga à escravidão, não seja a realidade em nossa sociedade”, afirmou o presidente.

Estudantes visitam sede da Amatra3 e do TRT3

Estudantes e professores de escolas municipais de Contagem, Sabará e Vespasiano visitaram a sede da Amatra3 e do TRT3 para conhecerem um pouco da dinâmica do funcionamento de uma audiência na Justiça do Trabalho de Minas Gerais. Durante as visitas eles foram acompanhados pela vice-presidente da Amatra3 e coordenadora do Programa TJC em Minas Gerais, Anaximandra Abreu, que explicou aos alunos o funcionamento da Justiça do Trabalho e como seria realizada a audiência virtual.

Representando a Belgo Arames, apoiadora do projeto na 3ª Região, esteve presente a Analista de Relações Trabalhistas, Nathalia Pagliaminuta.

Os estudantes puderam assistir, ao vivo, audiências trabalhistas virtuais da 6ª VT de



Belo Horizonte sob a presidência do juiz substituto, Henrique de Souza Mota. As audiências tiveram como objeto de ação uma solicitação de vínculo de emprego entre motorista e aplicativo de transporte, um caso de doença ocupacional, além de outro caso envolvendo acúmulo de funções e dano moral, onde as partes chegaram a um acordo.

Ao término das audiências, os estudantes foram encaminhados ao edifício sede do TRT3 para uma visita à Exposição Trabalho & Cidadania. A atividade

foi mediada pela equipe do Centro de Memória do TRT3. De forma descontraída, ao final, os estudantes participaram de audiências simuladas pela juíza Anaximandra Abreu.

Culminâncias premiam melhores trabalhos

Encerrando as atividades de 2023 do Programa TJC em Minas Gerais, foram realizadas culminâncias nas cidades de Vespasiano, Sabará e Contagem. Os eventos reuniram alunos, professores e pedagogos da rede municipal de ensino das cidades para as apresentações artísticas que retratavam tema central do Programa: O TJC e a Justiça do Trabalho: Direito se conquista com educação.

A culminância do Programa TJC na cidade de Vespasiano, aconteceu no dia 1º de



setembro, no Teatro Palácio Das Artes Nair Fonseca Lisboa. Participaram 10 escolas, mais de 130 alunos, além de professores, diretores e autoridades municipais.

Em Sabará o evento foi realizado no dia 22 de setembro no centenário Teatro Municipal e contou com a presença de aproximadamente 100 alunos de escolas municipais, professores, diretores e autoridades do

município. Já na cidade de Contagem, o encerramento do programa aconteceu no auditório da Secretaria de Educação.

TRT3 elege nova administração para biênio 2024/2025

Desembargadora Denise Alves Horta será a terceira mulher a presidir o TRT da 3ª Região. Além da magistrada, compõem a nova administração do Tribunal os desembargadores Sebastião Geraldo de Oliveira (1º vice-presidente); Emerson José Alves Lage (2º vice-presidente); Manoel Barbosa da Silva (corregedor); e Antônio Carlos Rodrigues Filho (vice-corregedor).

Durante sessão extraordinária, O Tribunal Pleno do TRT3 elegeu, no dia 19 de outubro, a administração da Justiça do Trabalho em Minas Gerais (biênio 2024/2025). Foram eleitos os desembargadores Denise Alves Horta (presidente); Sebastião Geraldo de Oliveira (1º vice-presidente); Emerson José Alves Lage (2º vice-presidente); Manoel Barbosa da Silva (corregedor); e Antônio Carlos Rodrigues Filho (vice-corregedor) Também foram eleitos os desembargadores Vicente de Paula Maciel Júnior e Maria Cristina Diniz Caixeta, nos cargos de ouvidor e vice-ouvidora..

A desembargadora Denise Alves Horta abriu os pronunciamentos dos eleitos e, primeiramente, agradeceu a todos os membros do Tribunal e à administração pela confiança depositada e falou emocionada: “Este é um momento em que a emoção insiste em tomar o corpo, a voz, as palavras, a alma”. Ela afirmou estar recebendo com alegria a confiança depositada pelo Tribunal Pleno em todos os eleitos para administrar o TRT-MG em momento histórico e desafiador para a Justiça do Trabalho.

O discurso destacou ainda como histórico o fato de “em momento social e institucional no

âmbito do Poder Judiciário brasileiro, em que a equidade de gênero adquire força particularizante, o TRT de Minas elegeu, ao longo de sua existência, a terceira mulher para o mais elevado posto



do Poder Judiciário trabalhista mineiro, posto ocupado com brilhantismo pelas desembargadoras Deoclécia Amorelli Dias e Maria Laura Franco Lima de Faria”, a quem a presidente eleita rendeu homenagens e admiração. “Honra-me a representação do gênero feminino, neste destacado cargo de comando, em que constitui inspiração e incentivo para o itinerário pessoal e profissional das mulheres, que podem o que quiserem, em todos os âmbitos da vida”, completou.

*com informações TRT3



Desembargadora Denise Alves Horta – Presidente do TRT3

citar, primeiramente, a busca pela valorização de toda a magistratura e do corpo de servidores do Tribunal, com vistas a dar continuidade à política voltada para a melhoria das condições de trabalho. Afinal, para prosseguir com excelência na qualidade da prestação jurisdicional, em seus diversificados vieses – performance histórica do TRT-MG -, é preciso oferecer o suporte necessário aos magistrados, servidores e demais colaboradores. Para ações específicas nesse sentido, é necessário manter diálogo permanente com a primeira e a segunda instâncias, com outros órgãos e instituições relevantes, como o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, a Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros, bem como interlocução e integração com os demais Tribunais do Trabalho e aqueles do Poder Judiciário mineiro, além do TST e dos Conselhos superiores.

Ainda na linha de valorização das atividades do Tribunal, fim e meio, o propósito é oferecer possibilidades concretas que permitam a otimização das rotinas de trabalho, com o auxílio da área de tecnologia da informação, para que os magistrados e servidores possam ter à sua disposição ferramentas úteis para um melhor gerenciamento do trabalho, e entrega

Quais são seus objetivos na presidência do TRT3? Tem alguma plataforma específica?

Exercer a presidência de um dos maiores tribunais do país requer grande preparação, membros da Alta Administração coesos além de equipe de magistrados e servidores apta para enfrentar os desafios que surgirão no biênio.

Tenho feito reuniões com os integrantes da Alta Administração eleita para o biênio 2024/2025, e realizado encontros diários com os servidores que participarão da futura gestão do Regional, para avaliar os desafios, que são inúmeros.

Dentre os objetivos de atuação, posso

▶ ENTREVISTA

aos jurisdicionados, com maior agilidade, dos serviços prestados pelo TRT-MG, incluída a conciliação dos conflitos, de modo a facilitar o cumprimento das metas estabelecidas e a satisfação dos usuários, destinatários dos serviços.

Além disso, aspecto de extrema relevância, a meu sentir, é a promoção de ações que estimulem o acolhimento de magistrados e servidores, o sentido de pertencimento institucional, a consciência da importância do papel de cada um para a consecução do inestimável trabalho social que a Justiça do Trabalho realiza.

Outro norte da futura Administração é ampliar, na medida do possível e dentro do orçamento permitido, a melhoria dos serviços de saúde, em continuidade à iniciativa muito bem implementada pela atual Administração. O TRT-MG está em processo de licitação para a contratação do novo plano de saúde, uma vez que o atual está prestes a vencer, e o objetivo almejado é oferecer mais opções para o público interno.

Tenho também grande preocupação com a segurança institucional, pelo que já demandei aos futuros ocupantes dos cargos relacionados a elaboração de planos de ação eficazes para que o tema seja incluído nas prioridades do próximo biênio.

Cito ainda, como objetivo, a valorização dos magistrados aposentados, de modo a serem realizadas ações não apenas voltadas à preparação para a aposentadoria, mas também destinadas a promover a participação desses

magistrados na estrutura do Tribunal, nos termos previstos pela recente Resolução CNJ nº 526/2023.

Entendo, também, que os programas relacionados à promoção e implementação do trabalho decente devem ser ainda mais valorizados, uma vez que compreendem importantes ações voltadas à garantia de dignidade e cidadania, para o que os tribunais devem contribuir com o seu engajamento ativo, em sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da Agenda 2030 da ONU.

Por fim, tenho como diretriz realizar uma gestão democrática, com a integração de todos os membros eleitos para a nova direção do Tribunal, e com observância dos princípios constitucionais que norteiam a administração pública.

A Administração é dinâmica, de forma que, aos poucos, verificadas as necessidades, será realizada atuação, em conjunto com os colaboradores, para o êxito dos objetivos.

Pensando na valorização dos magistrados e magistradas de 1º grau, quais políticas deverão ser implementadas?

Como magistrada de carreira, conheço os desafios e as dificuldades que um juiz e uma juíza enfrentam no trabalho na primeira instância e posso dizer que estarei atenta para ouvir e procurar atender, na medida do possível, as demandas que chegarem à presidência, com diálogo e transparência.

Quanto às políticas a serem implemen-

“ Para prosseguir com excelência na qualidade da prestação jurisdicional, em seus diversificados vieses é preciso oferecer o suporte necessário aos magistrados, servidores e demais colaboradores ”

tadas, além daquelas citadas, um dos grandes desafios está voltado para a solução, de forma definitiva, da questão do trabalho presencial no foro trabalhista de Belo Horizonte. Na época em que houve o retorno das Varas para o prédio da rua dos Goitacazes, imaginava-se um cenário em que o trabalho remoto (ou híbrido) seria a regra; passado um tempo, com o fim da pandemia da Covid-19 e com o advento de decisão do Conselho Nacional de Justiça (que determinou o retorno presencial de magistrados e servidores), a Administração atual iniciou um processo de busca de um local adequado para o retorno presencial de todos os magistrados e servidores do foro da Capital.

O processo ainda está em curso e pendente o desafio a ser enfrentado de alcançar solução definitiva e digna para que se possa oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional adequada, de maneira a cumprir a determinação superior de retorno presencial, mas com respeito e valorização de todos os integrantes da Justiça do Trabalho de primeiro grau do foro de Belo Horizonte.

A valorização dos magistrados e magistradas do primeiro grau, de modo abrangente, demanda também atenção voltada a pontos críticos relacionados à estrutura das Varas do interior e à demanda de acessibilidade, o que é uma preocupação da futura Administração que pretende promover ações de melhoria nesses aspectos.



A senhora foi corregedora do TRT-MG no biênio de 2014/2015. Quais experiências poderão ser úteis agora na presidência do Tribunal?

Quando fui corregedora, atuei na inspeção e correição dos juízos de primeiro grau e serviços judiciários, e todo o conhecimento que obtive será muito útil durante a minha gestão como presidente do Tribunal.

Como exemplo, cito que, nas minhas visitas correicionais, constatei a importância de o Tribunal promover maior interação e comunicação com as Varas do interior, considerada

a extensão territorial do Estado mineiro, que torna as Varas localizadas em cidades distantes ilhas isoladas e ressentidas da falta de comunicação e atenção do Tribunal. Promover essa aproximação, inclusive levando a realização de eventos ao interior, é um dos objetivos da próxima gestão do Tribunal.

Doutro lado, experiência que considero ter sido eficaz e produtiva foi o estímulo a juízes e servidores para apresentação de projetos inovadores voltados à otimização dos trabalhos e, nesse sentido, àquela época, instituiu-se o programa “Boas Práticas”, que hoje é ação valorizada pelo CNJ. Pretendo, pois, promover, na minha gestão, como presidente, algo similar, em cooperação com a Comissão de Inovações Judiciárias, e que busque incentivar a criatividade de magistrados e servidores e a divulgação das boas práticas adotadas nas unidades, em primeiro e segundo graus, para o continuado aprimoramento

dos trabalhos.

De acordo com dados do Relatório Justiça em Números 2023, o TRT3 apresentou resultados satisfatórios de produtividade. Apesar disso, estudos mostram o aumento de magistrados afastados por questões de saúde mental devido ao excesso de trabalho. Quais medidas podem ser implantadas para valorização da saúde física e mental dos magistrados?

Uma das causas relacionadas ao aumento de afastamentos se deve ao quadro deficitário de magistrados que o TRT-MG enfrenta atualmente. É certo que sempre houve defasagem no preenchimento dos cargos, mas o cenário atual é preocupante e desafiador, visto que o Tribunal terminará o ano de 2023 com menos de 80 juízes substitutos em atuação.

Nosso Regional também possui estrutura bem inferior à dos demais Tribunais do mesmo porte, o que inclui um déficit estrutural histórico de 21 cargos de juízes substitutos a menos em relação ao número de varas do trabalho existente.

Portanto, além das iniciativas para melhoria dos serviços de saúde, o objetivo será a continuada atuação junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para demonstrar o grave déficit no quadro de magistrados do trabalho no TRT-MG, o que ocasiona sobrecarga de trabalho aos juízes que precisam acumular atuação em mais de uma Vara, dentre outros fatores relacionados ao quadro incompleto de magistrados.

Assim, um dos grandes desafios na presidência será a atuação junto ao Conselho para que haja o preenchimento dos cargos vagos de magistrados e acredito que essas reposições irão ajudar a minimizar o quadro de

afastamentos dos juízes.

Além disso, o tema da pergunta se relaciona com uma das preocupações que tenho de manter em todo o Tribunal um ambiente sempre saudável, com incentivo das ações dos comitês de ética e integridade e de combate ao assédio moral e sexual, bem como à discriminação de qualquer natureza, para que, em todas as situações, imperem o respeito, a ética, a serenidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Eu acredito que a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da política de alternância de gênero, no preenchimento de vagas para a segunda instância do Judiciário, foi feita após um amplo debate, que resultou em uma ação afirmativa necessária. Garantir a paridade de gênero nos tribunais é uma política interna específica, dentre tantas outras que buscam promover programas e diretrizes voltados à redução da desigualdade de gênero em toda a sociedade.

Para a composição da minha administração como presidente do Tribunal, tive a preocupação com a questão de gênero, indicando servidoras para cargos da mais alta relevância. Os três cargos em comissão de maior importância do Tribunal, em relação a servidores, serão ocupados por mulheres (diretora-geral, diretora judiciária e secretária-geral da presidência).

Dessa forma, entendo que as ações afirmativas, como a realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, são um grande avanço no tema da equidade de gênero.

A meu ver, haverá uma alteração do cenário hoje existente, em todos os tribunais, para que se dê concretude à justa ampliação da representação feminina no Poder Judiciário.

Ex-presidente da Amatra3 José Nilton Pandelot é empossado como desembargador do TRT3

Magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade em vaga decorrente de aposentadoria da desembargadora Lucilde D’Ajuda Lyra de Almeida.

Após 30 anos de carreira na magistratura trabalhista, o ex-presidente da Amatra3 (biênio 2001/2003) José Nilton Ferreira Pandelot foi empossado como desembargador do TRT da 3ª Região. O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade, em vaga decorrente de aposentadoria da desembargadora Lucilde D’Ajuda Lyra de Almeida.

Em sua saudação, o presidente do Tribunal destacou, além das qualidades pessoais do empossado - “ética, cordialidade e transparência em tudo que faz”, também a capacidade de liderança que o levaram antes à presidência da Amatra3 e, posteriormente, à Anamatra, em períodos complexos e conturbados para a Justiça do Trabalho no país.

Liderança que foi reforçada nas palavras do corregedor do Tribunal, desembargador Fernando Rios Neto, que agradeceu, em nome da magistratura do trabalho, a atuação notável do empossado à frente dos movimentos associativos, regional e nacional.

Em sua manifestação, o desembargador José Nilton Pandelot lembrou sua trajetória profissional desde a posse como juiz substituto em 1993, passando pela promoção a juiz titular em 1996, quando teve “a plena compreensão da complexidade da gestão de

uma secretaria de Vara, então ainda Junta de Conciliação e Julgamento, e da necessidade de se estabelecer relações respeitadas, cordiais e profissionais com servidoras, servidores, advogadas, advogados, partes e testemunhas, o que não seria suficiente para demonstrar a importância que esse conjunto de pessoas



teve e ainda tem na vida de um magistrado”.

O desembargador lembrou a atuação no movimento associativo e o retorno definitivo à Justiça do Trabalho de Juiz de Fora em 2007, após representar a magistratura trabalhista em associações de classe, ocasião em que percebeu “com mais maturidade” que o objetivo de cada decisão sempre foi a pacificação social e a solução do conflito através da

▶ POSSE

interpretação mais adequada da norma jurídica e da análise cuidadosa da situação fática. Segundo ele, depois disso conseguiu entender o significado das centenas de milhares de tentativas de conciliação, das incontáveis interlocuções com advogadas e advogados, partes e testemunhas “com os quais aprendi muito mais do que porventura tenha ensinado. Compreendi que o respeito e o profissionalismo, base fundamental para a construção de um trabalho de excelência, é que permitem a edificação de ambiência harmônica e fraterna”.

A cerimônia foi realizada no gabinete da Presidência, e o termo de posse foi lido pela secretária-geral da Presidência em exercício, Márcia Cristina Utsch Moreira. Estiveram presentes à solenidade familiares do empossado, magistrados e servidores do TRT-MG.

Sobre o desembargador

José Nilton Ferreira Pandelot ingressou na carreira pública como promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde atuou de 1990 a 1993; ingressou na Justiça do Trabalho em 1993, por concurso de provas e títulos.

Atuou como juiz do trabalho substituto nas JCJ de BH, Juiz de Fora, Contagem, Cataguases, Teófilo Otoni, Uberaba, Lavras, São João del Rei, Guaxupé e Poços de Caldas. Foi promovido a juiz titular em 1996, quando assumiu a JCJ de Almenara. Ele presidiu ainda as JCJ de Januária, Governador Valadares, Pirapora e as seguintes Varas do Trabalho: Ubá, 3ª de Juiz de Fora, 4ª de Betim e a 1ª VT de Juiz de Fora.

O magistrado foi também presidente da Amatra 3 no período de 2001 a 2003 e presidente da Anamatra de 2005 a 2007.

Fonte: TRT3

Singespá reúne juízes e juízas em Belo Horizonte

O Encontro Anual das Unidades Regionais (Urges) do Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da Primeira Instância na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Singespá foi realizado nos dias 9 e 10 de novembro.

O juiz auxiliar da Presidência, Renato de Paula Amado, abordou em sua palestra a estrutura organizacional do TRT3 e as adaptações feitas na estrutura administrativa, incluindo aquelas que foram implementadas por força da Resolução 219/2016 do CNJ que trata da distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança. Durante o encontro foi debatida ainda a Emenda Constitucional

103/2019 e a qualidade de vida e à saúde dos magistrados.

O evento híbrido integrou o Módulo II da 6ª Semana Formativa de Magistrados do TRT3 e reuniu juízes da capital e do interior pela primeira vez, na modalidade presencial após a pandemia da Covid-19.

De acordo com a juíza coordenadora do Singespá, Carla Cristina de Paula Gomes, titular da 1ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas, o evento trouxe temas afetos à jurisdição e à administração da Justiça e à gestão judiciária e que o encontro é uma oportunidade para reencontros e trocas de experiências entre os magistrados trabalhistas mineiros.

*com informações TRT3



Magistrados da 3ª Região são destaques nos Jogos Nacionais da Anamatra

A Amatra3 terminou na quinta colocação geral da 14ª Edição dos Jogos Nacionais da Anamatra, evento que foi realizado entre os dias 1 e 4 de novembro, no Rio de Janeiro.



Geraldo Magela Melo e Cacio Oliveira Manoel – Amatra21 (RN) - Vôlei de praia - 1º lugar (Mas.)



Geraldo Magela Melo - Corrida Rústica 5km - 3º lugar de 40 a 49 anos (Mas.)



Renato de Paula Amado - Natação 50M - 2º lugar de 40 a 49 anos (Mas.); Natação 100m - 2º lugar de 40 à 49 anos (Mas.); Natação 200m - 3º lugar de 40 a 49 anos (Mas.)



Emerson José Alves Lage - Corrida Rústica 10km - 1º lugar A partir de 60 anos (Mas.)



Jéssica Grazielle Andrade Martins - Tênis de mesa - 1º lugar (Fem.)



Basquetebol Feminino - 2º lugar
Aline Queiroga, Ana Carolina Simões, Anaximandra Abreu, Claudia Eunice, Jessica Martins, Liza Cordeiro, Manuela Duarte Boson Santos e Thaisa Santana.



Jéssica Grazielle Andrade Martins - Corrida Rústica 10km - 2º lugar até 39 anos (Fem.)



Aline Queiroga Fortes e Thaisa Santana Souza Schneider - Beach Tennis dupla - 2º lugar (Fem.)



Josué Silva Abreu - Atleta associado melhor idade



Caminhada (2,5km - misto) - Ana Carolina Simões Silveira, Claudia Eunice Rodrigues, Josué Silva Abreu, Manuela Duarte Boson Santos



Geraldo Magela Melo e Luiz Evaristo Osório Barbosa - Beach Tennis dupla - 3º lugar (Mas.)

Renato Amado entra para a galeria de ex-presidentes da Amatra3

Evento que homenageou o Presidente da Amatra3 durante o período da pandemia, contou com a presença de ex-presidentes, além de magistrados e familiares do juiz.

Em cerimônia realizada no dia 9 de novembro, a fotografia do Juiz Renato de Paula Amado, Presidente da Amatra3 no biênio 2019/2021, passou a integrar a galeria de ex-presidentes da Associação. O evento contou com a participação de ex-presidentes, além de magistrados e familiares do homenageado.

O presidente da Amatra3, Juiz Jésser Pacheco, fazendo referência ao nome do ex-presidente afirmou que o magistrado é amado e admirado por seus colegas de ofício e que é um homem de temperamento ameno e voz suave. Jésser Pacheco destacou o período em que Renato Amado esteve à frente da Amatra3 marcado pela Pandemia da Covid-19, afirmando que ele soube conduzir a Amatra3 com bravura e destemor naqueles tempos sombrios.

Renato iniciou seu discurso afirmando não imaginar ter que passar por tantos momentos intensos nos dois anos como presidente, ainda mais pegando um cenário inesperado de uma pandemia.

O magistrado agradeceu a confiança e paciência dos colegas durante os 8 anos

em que esteve em cargos administrativos na Amatra3 e que sempre pautou sua atuação baseada nos objetivos de toda a categoria, mesmo quando havia interesses divergentes. “Pra mim, nada foi em vão. Todas as lutas valeram



a pena, ainda que o resultado não tenha sido imediato. Muitas demandas que a gente teve na nossa gestão na Amatra acabaram sendo resolvidas na atual gestão do Tribunal”, disse.

Mais adiante, Renato agradeceu aos amigos da Diretoria e dos Conselhos (CDEP e Conselho Fiscal) pela “lealdade, companheirismo e união, sempre me ajudando e moti-

▶ APOSIÇÃO

vando em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis” e afirmou ser eternamente grato a todos os integrantes da diretoria, que aceitaram enfrentar este desafio. “Todas as conquistas são méritos de vocês”, afirmou. Finalizando os agradecimentos, o magistrado reconheceu o apoio da família que esteve com ele em todos os momentos. “Agradeço à minha mãe, meus irmãos, minha esposa, meus filhos e meu pai, que estão comigo aqui e em todos os momentos”, disse.

De acordo com Renato, sempre tentou atuar visando o bem coletivo e manter um equilíbrio, principalmente nas situações de maior conflito. “Esse meu jeito de ser tem muito a ver com a criação que tive dos meus pais. Eles foram o equilíbrio pra minha vida; me deram força pra ser tudo o que sou hoje. Me mostraram o caminho do bem, do certo e do justo. Então, sou muito grato por tudo que eles me ensinaram”.

Segundo Renato, a vida associativa



exige um sacrifício pessoal muito grande, gerando desgastes e ausências em casa. “Acho que todos nós, em algum momento, temos o dever de contribuir para o trabalho associativo, porque a Amatra3 somos todos nós. Hoje eu posso dizer que cheguei no fim do mandato com a consciência tranquila. Acho que nunca faltou disposição pra enfrentar todos os desafios que surgiram, com diálogo, transparência e uma gestão participativa”, disse.

Renato de Paula Amado é natural de Belo Horizonte e graduou-se em Direito pela UFMG. Tomou posse como Juiz do Trabalho em 2009 no TRT da 1ª Região, sendo permutado para a 3ª Região em 2011. No âmbito associativo, além de ter sido Presidente (2019/2021), foi Diretor de Comunicação (2013/2015); Diretor de Magistrados Substitutos (2025/2027) e Vice-Presidente (2027/2019). Atualmente exerce o cargo de juiz auxiliar da Presidência do TRT da 3ª Região. Renato é casado com Renata e pai de Daniel e Davi.



O Novo Sempre Vem

Pensando em promover um espaço para que os magistrados e magistradas possam conhecer as histórias de juízes e juízas do TRT3 mais novos na carreira, a Amatra3 cria este novo espaço - O Novo Sempre Vem. Nascida em São José de Cubas, na região da Serra dos Cocais, Luciléa Lage Dias Rodrigues, juíza do trabalho substituta, possui uma trajetória de vida inspiradora. Luciléa recebeu em sua casa, em Coronel Fabriciano, o Diretor de Comunicação da Amatra3, Lenício Lemos Pimentel e o colega de concurso Wallace Heleno Miranda de Alvarenga para um bate papo muito descontraído e agradável onde a magistrada contou um pouco sobre as suas origens familiares e sua carreira.

Lenício - Fale um pouco da sua vida, das suas experiências anteriores, se apresente aos colegas.

Luciléa - Eu fui criada na roça. Só vim pra Fabriciano para o parto, mas eu morei na zona rural até os meus oito anos de idade. O distrito se chama São José de Cubas, na região da Serra dos Cocais. É uma região que pertence à Ferros. Vivi lá toda aquela vida de menina de roça. Depois viemos para Coronel Fabriciano porque minha avó queria que eu estudasse.





Minha avó era trabalhadora rural e meu avô comerciante. Por isso eu sempre tive esse convívio com o mundo do trabalho, na prática mesmo. Eu vim com os meus pais, mas quando eles se divorciaram eu voltei para a roça e fiquei com os meus avós nessa realidade da vida simples rural.

Lenício - Eles tinham propriedade lá ou trabalhavam para outras pessoas?

Luciléa - A minha avó materna era meeira. Então eu acompanhei tudo que eles faziam, inclusive plantar e tratar o feijão. Eu estive no meio do mundo do trabalho.

Meu pai foi trabalhador rural uma época e depois foi trabalhar na Cenibra e minha mãe era empregada doméstica até quando foi morar em Lisboa quando eu tinha 13 anos. Então eu sou filha literalmente da vovó e das tias. Minha irmã foi para Portugal, mas eu não quis ir.

Lenício - Por qual motivo você não quis?

Luciléa - Achava que meu lugar era aqui. Ti-

na essa sensação. Minha mãe tentou me levar por três vezes. Até hoje eu falo para ela superar. Mas eu tenho uma família com uma base muito sólida. Fui privilegiada nesse aspecto.

Lenício - Você começou a trabalhar com quantos anos?

Luciléa - Sempre trabalhei desde cedo. Quando tinha 16 anos, era garçonete de feira todo fim de semana. Começava cedo e meu tio me levava. Falo que não ia só pelo dinheiro. Achava muito divertido, também fui vendedora em uma loja de sapato que minha tia era gerente. Eu amava, mas era muito cansativo. Depois fui trabalhar no escritório de um frigorífico aqui na região.

Wallace - E os seus estudos?

Luciléa - Sempre estudei em colégio público. Às vezes que me foi oferecida bolsa eu não tinha muita maturidade para aceitar e a minha família não sabia me direcionar também, porque quando ela era oferecida eu falava que não queria e eles aceitavam por falta de informação. Eu sempre gostei muito de ler, o que também me ajudou na vida.

Lenício - Você disse que sempre foi boa em redação, o gosto pela leitura teve influência de quem?

Luciléa - Foi o meu avô Raul. Ele era autodidata. Nunca frequentou a escola. Aprendeu a ler e fazer conta sozinho. Ele era muito inteligente. Era uma pessoa que sabia que a leitura não te impõe limites.

Lenício - Quando você trabalhava no escritório desse frigorífico já estava na faculdade?

Luciléa - Sim, mas conciliar o trabalho com os estudos era muito cansativo. Na sequência

surgiu o programa de estágio do Ministério Público Federal em Ipatinga. Era uma vaga para 80 candidatas. Sempre fui boa em redação e o tema era controle de constitucionalidade. Tirei 9,5 e fiquei em primeiro lugar.

Nessa época eu já namorava o Felipe e para facilitar o meu deslocamento nós compramos um Fiat Uno, que está com o meu sogro até hoje, para fazer esse deslocamento. Para dar conta de bancar a gasolina e a manutenção, tinha três amigos que andavam comigo para dividir as despesas.

Wallace - Você trabalhou no Ministério Público do Trabalho em Fabriciano?

Luciléa - Acumulava estágio no MPT, na Câmara Municipal de Timóteo e os estudos na faculdade. Na época eu fiquei muito exausta e minha mãe e avó tentavam interferir falando que eu estava trabalhando demais e tinha que me preparar para passar na prova da OAB.



Lenício - Você começou a faculdade em que ano? Por qual motivo decidiu cursar Direito?

Luciléa - Iniciei o curso em 2005 e me formei em 2010. Quando fiz o ENEM, consegui bolsa para medicina, mas nem contei lá em casa por medo da pressão. Também consegui bolsa integral para a Faculdade Milton Campos. Só que não tinha condição de me manter em Belo Horizonte.

Lenício - Então você descartou a medicina

pelo direito?

Luciléa - Inclusive eu apaguei isso da minha memória por muito tempo. Eu apaguei até que um tempo atrás eu fui ressuscitar isso. Até hoje a minha avó não sabe, minha mãe não sabe, ninguém contou.

Lenício - Isso dá a entender que você tinha a intuição muito forte de fazer direito. De onde veio essa vontade de cursar direito? Qual foi a sua inspiração?

Luciléa - Acho que o divórcio dos meus pais

me influenciou. Já tinha 9 para 10 anos e me lembro dos trâmites e até de uma audiência que não pude entrar, mas fiquei do lado de fora observando. É uma coisa que eu sempre gostei no direito. Essa coisa de interpretar e argumentar.

Lenício - E no direito, pelo que eu percebi, surgiu de um evento um pouco mais traumático, mas que te direcionou e trilhou esse caminho. E o direito do trabalho, como sur-

giu o interesse?

Luciléa - Eu entrei no MPT e senti que tinha facilidade também. Lembro-me de fazer um parecer de uma ação contra um sindicato. O Procurador achou que precisaria de 15 dias e eu fiz com dois dias e meio. Ele pegou o parecer, me chamou no gabinete e me perguntou se eu havia copiado de algum livro ou pedido para a assessora fazer. Falei com ele que eu havia feito. Aí eu percebi que levava jeito. Quando saí desse estágio no MPT, eu fui direto para o TRT da 17ª Região como técnica judiciária.

Lenício - O concurso foi muito concorrido?

Luciléa - Na época eu não fiz para Analista, porque eu só tinha dinheiro para uma inscrição. Uma amiga minha tinha feito para analista e pediu para eu olhar a prova com ela. Quando vi que eu sabia as questões fiquei muito triste por não poder fazer para o cargo de Analista porque eu não tinha dinheiro, e não queria pedir para ninguém.

Lenício - Como foi ter essa experiência

como servidora? Quais foram suas primeiras impressões da Justiça do Trabalho?

Luciléa - Quando eu cheguei lá, tinha 22 anos. Era super espontânea, ninguém tinha me explicado que existiam certas formalidades. Mas o primeiro impacto foi grande. Quando cheguei na Vara de Linhares, a movimentação processual era gigante. Lembro que era aquele monte de processo físico espalhado.

Foi muito bom para mim. Lá eu aprendi muito. Passei por todos os setores. E aí percebi mais uma vez que gostava daquilo. Fiquei com a função de assistente de juiz no papel. Mas na prática era assistente da diretora. Foi um desafio muito grande para mim e um período muito rico de aprendizado.

Lenício - Fale sobre sua caminhada para chegar no TRT da 3ª Região. Antes de ser juíza você foi servidora?

Luciléa - Vim permutada para Governador Valadares e depois eu fui nomeada analista, porque tinha feito um concurso.



Lenício - Sua trajetória é de muita luta, mas de muitas realizações. Pelo jeito, você planejou e projetou e está se realizando aos poucos.

Luciléa - Acho que até não planejei. Todo mundo tem seus altos e baixos. Eu acho que eu tenho muito mais alegrias do que tristezas. Sempre tentei ver a luz no fim do túnel, sempre tentei achar solução. Quando a gente vem de uma família que não tem muitos recursos, o obstáculo você já tem, então precisa sair daquilo.

Lenício - No período como servidora você teve o apoio dos juízes?

Luciléa - Uma vez o Barbosa (José Barbosa Neto Fonseca, juiz aposentado) fez comigo uma escritura de sentença que eu nunca mais esqueci. Eu fiquei como assistente da Vivianne (Vivianne Celia Ferreira Ramos Correa, juíza da 5ª VT de Betim) por quase dois anos. Conversei com ela falando da minha intenção de fazer concurso para a magistratura e pedi para que ela avaliasse as minhas sentenças assim como seria no concurso.

Lenício - De onde você saiu para chegar à condição de analista Judiciário da Justiça do Trabalho, ali você podia achar que estava realizada. Quando começou a surgir a ideia de ingressar na magistratura?

Luciléa - Teve uma greve no ano de 2016 e fui muito atuante em Brasília. Sempre gostei desses movimentos de classe. Mas nesse período eu fiquei um pouco desencantada com algumas coisas que eu vi acontecer.

Fizemos a greve, fomos para Brasília, conseguindo boa parte do que a gente estava reivindicando. Quando retornamos fomos mal-recebidos pelos servidores que resolveram não aderir. Fiquei meio desencantada e em função dessa frustração decidi prestar concurso para a magistratura.

Lenício - Alguém te inspirou para ingressar na magistratura?

Luciléa - O dr. Hudson Teixeira Pinto, da 2ª Vara de Governador Valadares. Ele foi a primeira pessoa que falou para mim que eu levava jeito para ser juíza.

Não sei se eu escolhi a magistratura. Algumas amigas de infância falam que quando éramos criança, eu falava que queria ser juíza. Mas não me lembro. Talvez nas brincadeiras tenha sido.

Lenício - E como foi a preparação para o concurso?

Luciléa - Eu apostei tudo que eu tinha para entrar na magistratura. Na época eu contratei uma mentora para me auxiliar. Precisava acordar de manhã, olhar na minha tabela e saber o que eu ia estudar. Fiz tudo que ela mandou.

A minha mentora revisava o meu cronograma de três em três meses, corrigia as questões discursivas e para aparar eventuais arestas que estivesse fazendo por algum vício do exercício da função. Além disso, Vivianne continuou me ajudando sempre puxando a orelha.

Lenício - Você enfrentou um volume de trabalho muito grande numa função relativamente nova como assistente de juiz. Esse processo de aprendizagem é difícil e ainda estudando para a magistratura.

Luciléa - Fui para o tudo ou nada. O que na época a gente estava bem financeiramente. Eu ficava pensando se valia a pena ficar enfurnada estudando. Neste período me dediquei muito. Acordava às cinco da manhã e iniciava os estudos às cinco e meia. Anotava os textos que tinha que escrever nas sentenças e colava até na geladeira de casa. Não tinha muito tempo para estudar. Era tudo ou nada. Mas que bom que deu certo.

▶ NOVO SEMPRE VEM

Lenício - Como foi a reação da sua família quando você foi aprovada?

Luciléa - A minha família chorou muito na posse. Foi uma conquista nossa. Sem o apoio deles eu jamais teria conseguido. Tem pessoas que estão são inteligentíssimas e que não conseguem porque não tem uma família que apoie. A família nos ajuda em questões de inteligência emocional.

Quando eu vi o edital do MPF falei com minha avó que não ia fazer porque tinha somente uma vaga e ela me falou: você só precisa de uma. Então eu sempre tive muito estímulo.

Lenício - A partir do momento que você se tornou juíza e tomou posse, qual foi a impressão de seus amigos e seu círculo familiar? Houve diferenciação de tratamento?

Lucilea - No início eu me fechei. Agora que eu estou me abrindo um pouco mais. Fui percebendo tudo que a gente representa e compreendendo a curiosidade das pessoas em ver alguém de onde saí chegar nessa posição. Me sinto muito livre aqui no Vale do Aço. Como não advoguei, sempre vivi nos bastidores, então quem me conhece são pouquíssimas pessoas. Isso me dá uma liberdade imensa.

Lenício - Mas você observou a aproximação ou afastamento de pessoas?

Luciléa - Meu ciclo de amizade sempre foi muito restrito, muito pequeno. E são as mesmas pessoas até hoje. Eu quis fazer essa entrevista aqui nessa casa porque para mim é uma transição na minha vida. O objetivo dela é para que os meus amigos e família venham aqui. Essa casa representa essa transição, esse sonho nosso.

Acho que no início eu me fechei demais porque eu era muito jovem e era tudo

muito novo pra mim. Conviver com pessoas que são boas de conversa, ajuda a gente. O Ronaldo (Ronaldo Antônio de Brito Júnior) é muito bom de papo e me ajudou. Estou tentando me soltar mais. Eu era extremamente antissocial. Mas eu vejo que nós temos tantos colegas legais que nem temos tempo de conhecer.

Muitas vezes essas discussões nesses grupos acabam afastando a gente ainda mais, dependendo

do teor do jeito que a pessoa fala. Mas eu vejo que seria muito bom que nós tivéssemos mais oportunidade de estar juntos presencialmente.

Lenício - Você nos contou a sua história. Mas agora eu quero saber um pouco da sua perspectiva de carreira. O que é que você achou até hoje da sua atuação profissional como magistrada, tanto da questão do associativo quanto a questão profissional?





Luciléa - Eu tenho a sensação de que a magistratura é como vinho, quanto mais tempo vamos melhorando o sabor. Sobre a questão remuneratória eu vejo que nós temos muito para caminhar. Mas isso não pode e nem deve interferir diretamente na nossa aptidão, na nossa vocação e no nosso dia a dia. Estar dentro do sistema de justiça do Trabalho de um país tão grande feito o nosso, com tanta diferença regional, com tanta má distribuição de renda, para mim é um grande prazer.

Lenício - **Você pretende permanecer aqui na região?**

Luciléa - Eu me vejo como titular aqui em Coronel Fabriciano. Mas minha vida iria mudar, deixar de ser anônima.

Lenício - **Você se sente realizada na magistratura?**

Luciléa - Eu sinto que estou no meu lugar. Talvez não seria tão boa naquele papel de procuradora o quanto eu me sinto como juíza. Por mais que tenhamos nossas dificuldades da carreira, eu sinto que eu estou no meu lugar.

Apesar de algumas questões remuneratórias e condições de trabalho, não posso deixar que isso interfira diretamente na minha atuação como juíza. A gente sabe que cada carreira tem a sua dificuldade, mas nós sabemos que é o juiz que tem que ser parâmetro para as demais e não o contrário. Nós temos que nos empenhar nessa luta de classe.

Lenício - **Agradeço por compartilhar conosco sua história.**

Luciléa - Tenho dificuldade em me mostrar, sair do casulo. Eu me emociono quando conto minha história e não sei se é todo mundo que vai saber receber a minha história com toda a sensibilidade que eu vivi. Essa história nunca foi contada e por isso fico muito emocionada.

Homenagem aos associados falecidos

A Diretoria da Amatra3 lamenta o falecimento dos magistrados Dorival Cirne de Almeida Martins e Vanda Lúcia Horta Moreira, prestando as condolências aos familiares, amigos e colegas neste momento tão difícil de luto.

Dorival Cirne de Almeida Martins

- ingressou na magistratura trabalhista em 1989. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Uberaba. Atuou, ainda, na presidência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Governador Valadares, Muriaé e de Juiz de Fora (4ªJCJ), posteriormente nomeada 4ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora. Aposentou-se em 2003.



Vanda Lúcia Horta Moreira

- ingressou na magistratura trabalhista em 1994. Foi promovida, por merecimento, para o cargo de Juíza do Trabalho da Vara de Almenara. Atuou, ainda, como Juíza Titular na 2ª e na 3ª Varas do Trabalho de Montes Claros e na Vara do Trabalho de Curvelo. Aposentou-se em 21/01/2022.



TRT3 inaugura plenário em homenagem ao desembargador Luís Felipe Lopes Boson

O TRT3 inaugurou em novembro o Plenário Desembargador Luís Felipe Lopes Boson, cujo nome presta homenagem ao magistrado falecido em julho deste ano. A implantação do plenário, no andar térreo do anexo ao edifício-sede do TRT-MG, na av. Getúlio Vargas, 265, Bairro Funcionários-BH, tem como finalidade o atendimento de demanda antiga de aumentar a quantidade de salas (plenários) destinadas à realização de sessões de julgamento e eventos diversos, ampliando a capacidade do cumprimento da função jurisdicional do Tribunal. O espaço era ocupado ante-

riormente pela biblioteca, que foi transferida para o edifício Mário Werneck, localizado na Rua da Bahia, 112, no Centro.





Amatra3 em ação

Jésser Gonçalves Pacheco
Presidente da Amatra3

A atividade bancária é uma das mais desgastantes e frustrantes para o trabalhador. Na década de 1980, fui bancário do extinto Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., na função de Caixa Executivo.

Aquele período foi o auge da empregabilidade do setor, pois a automação ainda engatinhava e a ciranda financeira só aumentava. Hoje o Brasil não tem mais aquelas dezenas de bancos públicos e privados. O cheque ainda era usado, vejam só. Hoje a essência da rotina bancária continua a mesma, ou seja, os bancos são apenas os intermediários entre o depositante e o tomador de empréstimos. Nada produzem, nada fabricam, nada edificam. Quem trabalha em banco se vê na obrigação de adular gente endinheirada para “segurar o cliente”.

Eu não gostava daquela vida. Entretanto, foi aquele emprego sofrido que me propiciou estudar Direito na PUC-MG. “É o imposto que pago pra viver”, pensava. Fui aluno de Cássio Gonçalves, João Bosco Pinto Lara e Alaor Satuf Rezende. Além desses futuros colegas de magistratura trabalhista, fui aluno de Cármen Lúcia Antunes Rocha, dentre outros. Sem o emprego no banco eu não teria condições de pagar a mensalidade do curso, e me veria privado do aprendizado e do estimulante ambiente universitário.

Pois bem, encerro aqui o meu mandato na presidência da Amatra3, representação que os colegas me concederam em 2021, o que muito me honrou. E o paralelo que faço com o emprego no banco é o seguinte: do ponto de vista pessoal, por mais desgastante que tenha sido a

vida de dirigente associativo, importa mesmo é o que ela me propiciou ou ofereceu.

Feito esse balanço, o saldo encontrado se mostra altamente credor, como a conta bancária de um rico. Na direção da Amatra3, aprendi que o associado deve ser ouvido com atenção e carinho, sempre e incondicionalmente.

O associado deve ter suas demandas atendidas, conforme os ditames estatutários, obviamente, ainda que o dirigente muitas vezes não concorde ou as ache desnecessárias. Entre os seus colegas de diretoria, frequentemente o presidente é voto vencido, mas ainda assim deve executar a vontade da maioria, e de cara boa. Deve ter paciência e controlar a sua própria ansiedade.

Quando constituímos a chapa “Amatra Plural”, desejávamos a marca da diversidade, da tolerância e do bom combate à polarização ideológica. A disputa Lula x Bolsonaro no pleito de 2022, a dividir o país ao meio, já era vista no horizonte, e desejávamos alcançar “consensos mínimos”, uma “base comum de pensamento e ação”.

Hoje reconheço nessas ideias uma carga romântica e um tanto fora da realidade, pois toda liderança sempre se esbarra em opositores e antagonistas, mas a lição foi aprendida.

Agradeço a todos os associados, a todas as associadas da Amatra3, pela solidariedade e compreensão nesses dois anos, e acredito termos alcançado o principal objetivo: a preservação da capacidade de luta da gloriosa Amatra3.

Feliz 2024.

Juiz encontrou no judô aliado para saúde física e mental

O Judô está presente desde a infância na vida de Marco Aurélio Marsiglia Treviso, juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Uberlândia. O magistrado conta que começou a treinar quando tinha 7 anos de idade na cidade de São Carlos, no interior do estado de São Paulo. “Havia uma academia próxima da casa onde morava. A minha mãe me levou, pois gostaria que eu praticasse um esporte num lugar que fosse próximo de onde morávamos. Fiz a primeira aula e nunca mais parei”, conta o juiz.

Além do Judô, o juiz que é Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra ainda se dedica aos treinos de Jiu Jitsu, atividades em academia de musculação, além do futebol aos domingos com os amigos. “Atualmente, com as constantes viagens à Brasília, a rotina de treinos ficou um pouco prejudicada. Mas, em geral, às segundas e sábados, faço treinos de Judô ou Jiu Jitsu; de terça a quinta, faço academia em Brasília; nas sextas, descanso. E, no domingo, o tradicional racha de futebol com os amigos”.

Treviso conta que na sua visão, o principal ganho com a prática do Judô é o controle da mente. “A magistratura é uma atividade muito estressante. Quando exercemos, ainda, a atividade associativa, esse estresse tende a aumentar, em virtude das inúmeras demandas dos nos-





tos associados. Praticar atividades esportivas, além do próprio bem estar físico, ajuda a controlar a mente. É aquele momento onde você esquece dos problemas profissionais para se dedicar ao esporte que você tanto ama”.

Para Treviso, o esporte permite desenvolver habilidades que podem ser importantes aliadas para o desenvolvimento do trabalho na magistratura. Citando uma frase do fundador do Judô, Jigoro-Kano, - “nunca te orgulhes de ter vencido um adversário hoje; ao que venceste hoje, poderá ser derrotado

amanhã; a única vitória que perdura é aquela que a gente conquista sobre a nossa própria ignorância” - o juiz leva a frase como uma verdadeira lição para a vida.

O juiz incentiva os colegas a procurarem atividades fora da magistratura, principalmente esportivas, como forma de manter a mente e o corpo saudáveis. “A atividade física, não importa qual seja, é fundamental para manter o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional, saúde e bem-estar. Faça sempre, não importando qual seja o esporte”.





EU INDICO - CULTURA

Por Silene Cunha de Oliveira - Juíza Titular da 26ª VT de Belo Horizonte

Livro Becos da Memória, de Conceição Evaristo

Ler o livro “Becos da Memória”, da consagrada autora brasileira, Conceição Evaristo, é descortinar como é a vida nas comunidades de Belo Horizonte/MG, ainda muito semelhante à vida na época da escravidão.

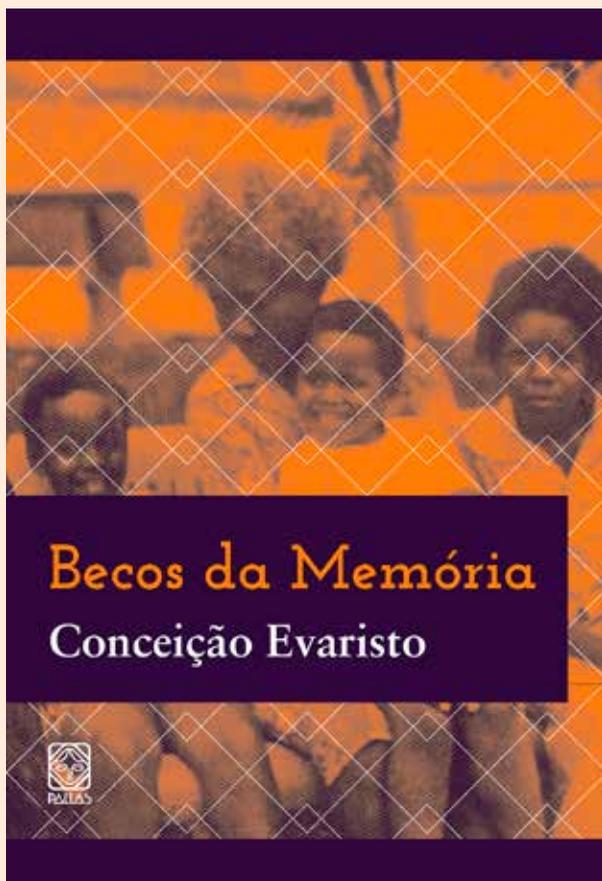
A autora faz uma analogia entre este viver e o período da escravidão, questionando se ele, realmente, acabou, quando ainda há tanta dificuldade e vulnerabilidade entre os moradores desta comunidade, seja na esfera social, econômica e/ou familiar.

De forma bem realista, a autora retrata como vários membros se conformam com a vida que levam, enquanto poucos procuram construir outros caminhos, começando com a alfabetização, que, muitas vezes, lhes é negada, mas que permite o acesso a novos conhecimentos, que poderiam ajudar a mudar a realidade na qual se encontram.

Os núcleos familiares descritos demonstram as mazelas que ocorrem na nossa civilização e, também, nestas comunidades, como violência doméstica e abuso de crianças, sem que haja uma atitude concreta, para que seja modificada essa situação, por parte de quem dela se inteira.

O interesse econômico advindo de uma Construtora, que quer retirar os habitantes daquele local para construir prédios de luxo, traz reflexões sobre o que é certo ou errado, diante da situação de muitos, que perdem seu lugar de referência e não sabem e/ou têm para onde ir, por não terem quem possa defender seus direitos e resguardar seu modo de viver.

Com certeza, essa leitura abre a nossa visão sobre esta comunidade sofrida, que luta, luta e, muitas vezes, fica sem amparo, mostrando como é importante a nossa função de membros do Poder Judiciário, para vermos de forma mais humana sua realidade e julgar de forma mais crítica as situações que chegam ao nosso conhecimento.





Norway in a nutshell

Por Rafaela Campos Alves
Juíza Titular da 1ª VT de Coronel Fabriciano



A viagem de Oslo a Bergen é uma experiência única, por um cenário de tirar o fôlego.

Confesso que, a princípio, dá um pouco de preguiça, uma vez que ela envolve mudanças de transportes em ônibus, trens e barcos e a bonita aqui resolveu fazer tudo em um dia, com sua mala de 23 kg, partindo logo as 6 horas.

No entanto, a maravilha e a diversidade da natureza norueguesa são reveladas a cada curva do percurso e, não sei se estava anestesiada pelo contexto, mas, em menos de meia hora, aquele já virou um dos melhores dias da minha vida (sim, até hoje).

Ao longo da jornada, a gente vê de lagos serenos a montanhas cobertas de neve e, ainda, choquem-se: flocos de neve caindo em plena primavera (era maio de 2019). Tem também grandes encostas, que oferecem vistas de vales profundos e cachoeiras que deslizam das alturas (em queda líquida e congeladas).

A beleza do fiorde de Bergen é um espetáculo à parte e o gran fi-

nale, com suas águas azuis profundas recortadas por penhascos, com cachoeiras inacreditáveis (uma vontade de nadar, mesmo sabendo que



FOTOS ARQUIVO PESSOAL



you will become a block of ice).

Each part of the day reveals a new plane that captivates the senses and awakens the sense of admiration for the magnificence of natural creation, not just by moving from one place to another.

Therefore, if you want and can: Norway in a nutshell is the name of the tour and yes, it is worth doing it in a single day, even with the bags in hand (no, they will not give you work).

Enjoy!





Prato-Feito (PF)

Por Ricardo Marcelo Silva
Desembargador do TRT da 3ª Região

A receita do PF é simples como é a vida. Como simples é a vida do trabalhador.

Arroz, preferencialmente com alho socado na hora. Feijão, podendo ser o roxinho, rapé, vermelho, o preto, o jalo, qualquer um cozidinho. Pode incluir batata frita, como foi o caso dessa receita. Pode ser macarronada ou batata ensopada. Mas o que predomina nele é o arroz e o feijão.

Como acompanhamento, o bife pode ser de boi, porco, frango, fígado ou linguça.

Na salada, o que não pode faltar é uma folha de alface com tomate e cebola.

O ovo, conhecido como 'zuiudo', o



FOTOS ARQUIVO PESSOAL

disco voador, é opcional. Ele pode ser frito ou cozido.

Esta é a comida do trabalhador que não podendo levar a marmita por uma razão ou outra, vai no centro da cidade e então opta pelo PF, que é uma comida simples, barata e nutritiva.

No acompanhamento sempre vai uma Brahma Chopp, uma Caracu, ou uma pinguinha no copo martelo.

É basicamente, essa é a receita do PF.

Gostaria de contar uma passagem. Eu e o Pacheco, trabalhamos juntos e um belo dia falei: Pacheco, eu vou almoçar. Ele me perguntou onde iria. Contei que gostava de um PF e ele falou: então são dois.

Fomos almoçar na cantina Barro Preto, no Seu Jair, entre a rua Tupis e a avenida Bias Fortes. A partir de então, passamos a almoçar sempre lá no Seu Jair.

O Pacheco não podia terminar o seu mandato sem fazer uma louvação ao PF, porque ele não trairia suas origens. Ele é um homem de origem modesta e humilde, tal como muitos de nós, e ele sempre foi um homem do PF.





“Eu quero que risque meu nome da sua agenda!”

Desde 1983 o Trio Parada Dura já criava polêmica com as agendas e seu “Telefone Mudo”, amolecendo ao longo dos anos os corações mais des-preparados e trazendo para o imaginário popular a relevância dos compromissos firmados. E foi assim até desaguar na Corregedoria de um Regional exigindo a apresentação da “agenda do juiz”.

A agenda do juiz ou, tecnicamente falando, a pauta de audiências, é um tema extremamente melindroso, sobre o qual, nós juizes, com razão, defendemos com unhas e dentes a autonomia para sua elaboração e manutenção.

E realmente, desde sempre, cabe aos magistrados montar a pauta de audiências e gerenciá-la conforme as peculiaridades da unidade judiciária em que atua.

Mas como montar uma pauta de audiências? Quantos processos colocar por dia? Por quantos dias na semana? O que é razoável? O que é possível?

Essa é uma resposta muito difícil, já que existem múltiplos fatores que vão determinar isso. Quantos assistentes o juiz tem, quantos secretários de audiência (de qualidade) o auxiliam, a natureza das demandas, a facilidade ou não de conciliar as partes naquela jurisdição etc.

Mas a par desses fatores, existe um parâmetro extremamente objetivo que deve servir como ponto de partida para elaboração da pauta de audiência: a quantidade de casos novos distribuídos.

Esse elemento é crucial, seja para cumprimento da indefectível Meta 1 do CNJ, seja para análise dos demais componentes da árdua tarefa de se definir uma pauta.

Vou esclarecer. Se você for no menu lateral do PJe, vai encontrar um ícone chamado “Relatórios Gerenciais” (é o quarto debaixo para cima). Clique nele e depois procure no menu 3 tracinhos por um relatório chamado “Distribuição/Redistribuição Consolidada - 1o Grau”. Aí escolha a sua vara, e selecione o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano ANTERIOR. Escolha a classe “Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo”. Pesquise, Você vai encontrar um número. Na minha vara, por exemplo, em 2022 (ano passado), foram distribuídos ao longo do ano 449 Sumaríssimos (o número total é apresentado na última coluna).

Com esse número, quantas vagas para processos de Sumaríssimo eu tenho que colocar na pauta por semana?

Bom, aqui vamos fazer uma conta: no ano eu tenho 47 semanas aproximadamente, já descontado o período do recesso, onde não são realizadas audiências. Então pegando o número total de processos no ano e dividindo pela quantidade de semanas, eu chego no valor que eu quero ($449 / 47 = 9,55$).

No caso da minha vara, por exemplo, eu tenho que abrir 10 vagas de Sumaríssimo por semana para que a minha pauta fique como está, ou seja, não vai ser “puxada” e nem postergada. Se o Sumaríssimo está sendo marcado com 20 dias na minha vara e se eu abrir 10 vagas por semana, o tempo de espera pela audiência do Sumaríssimo vai continuar sendo 20 dias. Se eu quiser “puxar” esse prazo para 15 dias, vou ter que aumentar a quantidade de vagas, por exemplo, colocando 12 ou 14 por semana até chegar no prazo que eu quero e daí eu volto as vagas para 10, para manter esse prazo que atingi.

Para isso funcionar, eu preciso, ainda, que as audiências adidas adiadas sejam colocadas em uma vaga além das 10. Então se um sumaríssimo foi adiado, por exemplo, porque a reclamada não está presente e não tem comprovante de entrega da notificação, esse adiamento tem que ser feito para um horário fora daqueles previstos (extra), porque se você usar uma vaga padrão, vai diminuir a quantidade de vagas para os processos esperados que ainda vão entrar.

Faça esse mesmo raciocínio para os processos do Rito Ordinário e você passa a ter o controle total da sua pauta, com muito mais categoria e proficiência.

É claro que no caso do ordinário, a quantidade de iniciais tem que ser, no mínimo, igual à quantidade de instruções que tem por semana, pois se for maior, a pauta de instrução estoura e se for menor a pauta de instruções é “puxada” (antecipada). Os dois tipos de audiência estão ligados por um cordão umbilical que não se rompe.

Esperando, que meu nome não seja riscado da sua agenda, mando um beijo no coração de todos!

É isso aí.



você ?
 se lembra ?

Lembrou?
 Então entre em nosso perfil no Facebook e identifique você e seus colegas.



Assessoria de Imprensa Amatra3

AMATRA3

22º EMAT

Realizado entre os dias 17 e 20 de agosto, no Vale Suíço Resort, em Itapeva, região sul de Minas Gerais, o tradicional encontro dos magistrados da 3ª Região foi marcado por momentos de busca da qualidade de vida. O 22º EMAT foi realizado de forma conjunta com a Amatra2 que promoveu na mesma oportunidade o seu 37º Encontro Anual.



Acesse a galeria completa pelo QR Code.

Encontro dos magistrados aposentados e pensionistas

O Encontro dos Magistrados Aposentados foi realizado no dia 15 de setembro, na sede da Amatra3. A confraternização contou com apresentação musical ao vivo e um jantar.



Acesse a galeria completa pelo QR Code.

Festa das crianças

A festa das crianças 2023 foi realizada no dia 7 de outubro, no Luminis Urban Play Buffet Infantil, em Belo Horizonte. Magistrados, convidados e principalmente as crianças se divertiram muito com piscina de bolinhas, fliperama, mesas de jogos, escorregador e pula-pula, entre várias outras brincadeiras.



Acesse a galeria completa pelo QR Code.

Galeria de ex-presidentes

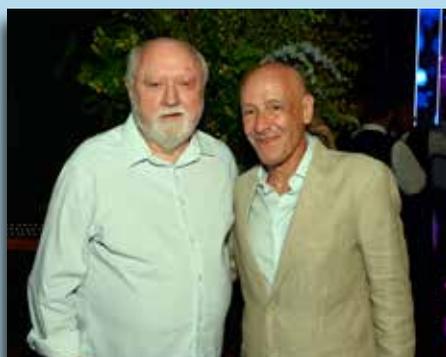
Presidente da Associação durante o biênio 2019/2021, o Juiz Renato de Paula Amado recebeu homenagem da Amatra3 no dia 9 de novembro. Após a cerimônia de aposição da foto, magistrados e convidados confraternizaram em um coquetel na sede da Associação.



Acesse a galeria completa pelo QR Code.

Festa de fim de ano

A confraternização de fim de ano da Amatra3 foi realizada no dia 2 de dezembro, no Salão de Festas do Minas II. Associados e convidados celebraram em clima de muita descontração o fechamento do ano.



Acesse a galeria completa pelo QR Code.